

Presenças e ausências: O passado indígena e negro em Gravataí

Helena Thomassim Medeiros¹

Daniel Maurício Viana de Souza²

Diego Lemos Ribeiro³

1 INTRODUÇÃO

O conceito de patrimônio e história estão entrelaçados, ambos são constituídos a partir de recortes sobre o passado, e forjam uma narrativa destinada as gerações futuras. Sabe-se que durante muito tempo a historiografia foi escrita de uma perspectiva que privilegiava os grupos “vencedores”, que “dominaram” outros povos e culturas em um determinado período.

Compreendemos que, tanto a história transmitida, quanto os bens elevados ao status de patrimônio, desenvolvem-se sob uma perspectiva que não é neutra. Ao mesmo tempo em que essas seleções enaltecem determinadas identidades, podem ocultar outras. Nas últimas décadas esses discursos, que antes poderiam ser vistos como únicos e verdadeiros, deram lugar a uma percepção da realidade mais plural e multifacetada.

Atrelado à tais perspectivas, desenvolve-se esse artigo, que faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento e se propõe a discutir o patrimônio institucionalizado da cidade de Gravataí.

Localizada na região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o município é povoado por colonizadores europeus e pessoas escravizadas de origem africana desde o século XVIII. Todavia, há diversas evidências arqueológicas que comprovam sua ocupação em um período anterior.

A chegada de indígenas trazidos da região das Missões, entre os anos de 1762 e 1763, faz com que seja instituída a Aldeia Nossa Senhora dos Anjos.

¹ Museóloga, mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Bolsista CAPES. Helena_tm@outlook.com

² Museólogo, doutor em Sociologia, professor titular da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). danielmvsouza@gmail.com

³ Museólogo, doutor em Arqueologia, professor titular da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). dlr museologo@yahoo.com.br

Neste período o povoado pertencia à cidade de Viamão, posteriormente, quando Porto Alegre se emancipa, em 1773, passa a fazer parte da capital gaúcha.

Gravataí é fundada oficialmente em 1880, seu nome tem origem no idioma guarani, no qual “gravatá” ou “caraguatá”, são uma espécie de bromélia que se desenvolvia na região e “hy”, que significa rio, sendo assim, o nome da cidade é “rio dos gravatás” ou “rio das bromélias”.

Compreendemos que a história de um local é construída não somente de documentos que registram o passado, mas também a partir da memória das pessoas. Ao longo das gerações vão se consolidando locais e narrativas que tem como finalidade representar a visão de um povo sobre sua trajetória. Há dentro dessa construção sobre o passado uma série de disputas de poder, nas quais algumas narrativas são “esquecidas” em detrimento de outras, que se tornam oficiais e, os bens patrimoniais, são utilizados como representantes deste discurso.

Dentre os bens patrimonializados na cidade de Gravataí identificamos uma forte construção simbólica de um passado católico e português, mais especificamente açoriano. Essas são heranças valoradas pela comunidade, mas, aqui queremos compreender onde estão presentes as narrativas vinculadas a ocupação indígena e negra desse território.

Portanto, dividiremos esse texto em 3 subtítulos: “presenças”, que trata sobre a história da cidade e à herança cultural de seus primeiros habitantes; “ausências”, que demonstra a parcial inexistência de um discurso patrimonial vinculado aos elementos aqui observados; “o passado indígena e negro em Gravataí”, onde tentamos apontar alguns espaços que seriam dotados de patrimonialidade.

2 PRESENÇAS

A história da cidade de Gravataí inicia-se antes de uma delimitação geográfica deste local, anterior a chegada e ocupação do espaço por povos de origem europeia e só é possível de ser descoberta por meio de pesquisas arqueológicas. Segundo Antonio Gabriel Vergara (2012), “[...] o atual município de Gravataí corresponde às áreas apontadas como sendo de ocupação por grupos guarani a, pelo menos, um milênio.” (VERGARA, 2012, p.77).

Em sua dissertação de mestrado o autor busca as origens pré-coloniais da cidade e aponta, além de sua ocupação milenar, que esse território poderia ser utilizado antes do século XVIII, período que lhe é comumente atribuído.

Segundo Vergara (2012, p.76), há registros que, em 1637, o cacique cariô Anjo ocupava terras ao norte de Porto Alegre, o curioso nesse aspecto é que a comunidade comandada por esse líder também era chagada de “anjos”. Sendo que, um dos primeiros nomes atribuídos à Gravataí é Aldeia dos Anjos.

O nome “Aldeia dos Anjos” ou “Aldeia Nossa Senhora dos Anjos” costuma ser relacionado a colonização portuguesa, fortemente católica, que colocou tal santidade como padroeira da região. Além desse aspecto a chegada de indígenas oriundos da região das Missões, que vieram ainda muito novos para esse local também é apontada como um dos motivos para a nomenclatura.

A narrativa histórica mais usual vincula a chegada destes grupos indígenas, oriundos da região das Missões, em 1762 e 1763, como data de fundação. Pois “[...] mais de 3.500 índios se encontravam na Aldeia dos Anjos, que pertencia à Freguesia de Viamão.” (VERGARA, 2012, p.72), foram eles que construíram as primeiras ruas, casas, comércios e a primeira capela.

Os autores de uma das principais pesquisas referentes a história da cidade, Agostinho Martha e Marco Antônio Bandeira Martha (2022, p.23), conjecturam que, anterior à chegada dos povos missionários, já havia ocupação indígena do território, fato demonstrado por correspondências que datam de 1758.

Luciano Souza Costa (2007, p.29), comenta o desaparecimento ou incorporação dos índios entre 1763 e 1814, segundo o autor “Uma das pistas para o “desaparecimento” dos índios do aldeamento poderia estar nos registros cartoriais. [...] registros de nascimentos dos descendentes de brancos com índios consideravam estes filhos como brancos a partir da segunda geração.” (COSTA, 2007, p.30).

No aldeamento foi criado um dos primeiros educandários do Estado, Jorge Rosa (1987), destaca a nomeação do primeiro professor em 1770. Em princípio a educação era apenas para os meninos guaranis, contudo, em 1776 “[...] as autoridades acharam por bem estender a educação às meninas que também careciam do mesmo ensino, tendo em vista a miscigenação que estava ocorrendo com os brancos, fazendo-se mister o ensino da Língua Portuguesa.” (ROSA, 1987, p.28).

Outros aspectos que levaram a essa diminuição demográfica e a desestruturação de um dos maiores aldeamentos indígenas do Rio Grande do Sul, nesse período, foi a venda e privatização das olarias, engenhos e outras indústrias, forçando essa população a abandonar o local, em busca de alimentos, ou seu modo de vida, incorporando a cultura portuguesa.

No começo do século XVIII há ocupação do território por sesmeiros portugueses e pessoas escravizadas de origem africana. Segundo Nestor Ourique Medeiros (2021, p.15) em 1737 ocorre a posse de terras que já eram utilizadas desde 1732 por colonizadores. É importante destacar, que:

A região de Gravataí, especialmente em sua porção sudeste, consolidou-se ao longo de um período histórico bastante longínquo (que remota a fundação do município em 1763) como um território habitado por negros e “morenos” [...] tão frequente como a ocupação por parte de famílias negras de terras nessa região, foram os processos de expulsão dos negros de suas terras. (COSTA, 2007, p.53)

Em 1772 começam a chegar os casais açorianos, trazidos para povoar as terras ao sul do Brasil. Segundo Jairton Ortiz, esses povoadores “[...] trouxeram na bagagem cultural para o sul do país, além de suas práticas agrícolas e modo de vida também suas práticas culturais entre as quais estão as festas das Cavalhadas, do Terno de Reis e do Divino Espírito Santo.” (CRUZ, 2014, p.33).

Em 1880 o território de Gravataí é emancipado de Porto Alegre. Segundo Medeiros (2021, p.40), em 1884 ocorre a abolição da escravatura em Gravataí, próximo a esse período histórico também estão os primórdios do Quilombo Manoel Barbosa, reconhecido pela Fundação Palmares, através da portaria nº 19⁴, em 2004.

⁴ Mais informações em: BRASIL, PORTARIA N° 19, DE 14 DE MAIO DE 2004. Certifica que conforme Declarações de Auto-reconhecimento e os processos em tramitação nesta Fundação Cultural Palmares, Comunidades remanescentes dos

Sabe-se que parte das terras foram adquiridas por Manuel Barbosa em 1896, mas acredita-se que sua ocupação é mais antiga e que teriam sido herdadas por Maria Luiza Paim de Andrade, que fora criada por Isaura Barbosa, e casou-se com Manoel.

Nesta parte da história de Gravataí, vale ressaltar a importância deste Quilombo, enquanto um local seguro para escravos que fugiam das regiões próximas e faziam a travessia pelo Rio Gravataí. Essas pessoas eram auxiliadas por Hortêncio de Oliveira Pacheco, no local hoje conhecido como Quilombo da Anastácia, em Viamão, que lhes colocava em caiaques para que chegassem em Gravataí.

Em 2022 outro local dentro do território de Gravataí, mais precisamente em sua divisa com a cidade de Taquara, conseguiu ter suas terras delimitadas, trata-se do Quilombo do Paredão. A remanescência dessas populações demonstram um pouco da importância da cidade e dos potenciais históricos e identitários que ela carrega.

3 AUSÊNCIAS

No mesmo ano em que o Quilombo Manoel Barbosa é reconhecido pela Fundação Palmares, 2004, também é criada em Gravataí a lei 2.114 , que institui os Procedimentos de Tombamento para a Proteção ao Patrimônio Cultural do Município e dá outras providências.

A partir da criação dessa lei alguns bens passam a ser tombados em esfera municipal. Dominique Poulot (2009) destaca as categorias de patrimonialidade e patrimonialização. A primeira “[...] designar a modalidade sensível de uma experiência do passado [...] encontra-se na relação íntima ou secreta de um proprietário ou de usufrutuários em diversos níveis [...]” (POULOT, 2009, p.28). A segunda, remete a institucionalização deste bem, selecionando aqueles que representariam a história que se quer contar sobre uma nação.

quilombos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, n. 107. 4 jun. 2004. Seção 1, pt. 19. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=04/06/2004&jornal=1&pagina=19&totalArquivos=72>>. Acesso em 02 de nov. de 2022.

Sendo assim, o tombamento dá uma proteção especial a algumas materialidades, como se instituísse que elas representam uma imagem desejável sobre o passado. Em Gravataí os bens materiais e imateriais eleitos foram: o Casarão dos Fonseca; Atafona do Xará; o sobrado que sedia o Museu Municipal Agostinho Martha; a fachada da Prefeitura; a Fonte do Forno; o Casarão dos Bina; o festejo de Terno de Reis.

Com exceção do festejo de Terno de Reis, tombado como patrimônio imaterial em 2022, os demais bens passaram por esse processo entre os anos de 2004 e 2005. Ou seja, no começo dos anos 2000, sendo que Vergara (2012) aponta que entre as décadas de 1980 e 1990 “Havia uma cooperação de cunho cultural e financeiro por parte dos Açores para instrumentalizar casas de cultura e museus. [...] os municípios “escavavam” na sua História movimentos culturais que os aproximavam das ilhas [...] (VERGARA, 2012, p.98).

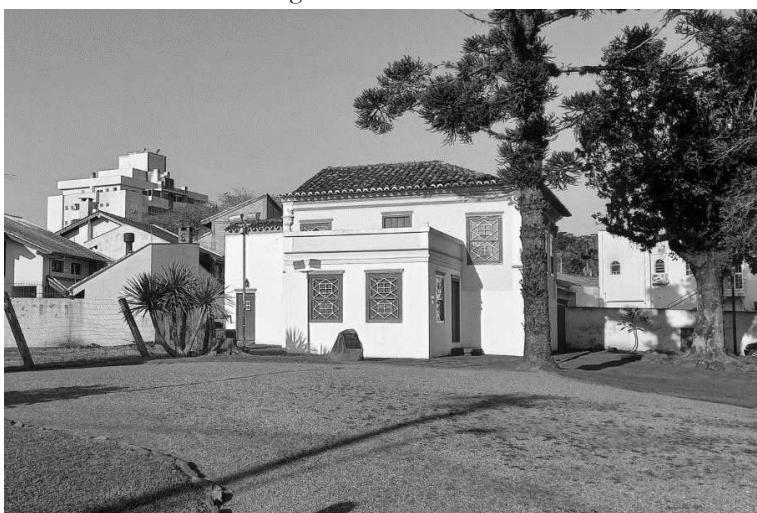
Ao analisarmos a documentação de tombamento dos bens no livro *tombo* que está aos cuidados do Museu Municipal Agostinho Martha, veremos que os valores de antiguidade e arquitetura, vinculados à uma herança portuguesa e açoriana, são associados ao Casarão dos Fonseca – que inclusive abriga atualmente a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS) –, sobrado do Museu e Casarão dos Bina.

Figura 7 - Sobrado do Museu



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim. (2022).

Figura 8 - Casarão dos Fonseca



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim. (2022).

Figura 9 - Casarão dos Bina



Fonte: MEDEIROS, Nestor Ourique. (2021).

Além dessas edificações, existe também a Atafona do Xará, um engenho de farinha, que, segundo a documentação do Museu, foi trazida por colonos luso-açorianos em 1772, e o primeiro patrimônio imaterial reconhecido em Gravataí, o festejo de Terno de Reis, que tem origem açoriana.

A fonte do Forno e a fachada da Prefeitura representam um período em que Gravataí já não era mais um aldeamento e fazem referência ao poder público, que era representado pelos povos colonizadores. O primeiro bem remete ao ano de 1861, é a única das duas fontes construídas na cidade que ainda existe. O segundo, não se tem precisão da data de construção, mas sabe-se que foi adquirido em 1894 para ser sede da Intendência Municipal, seguindo seu uso para fins administrativos do poder público até os dias de hoje.

Percebemos que há uma intencionalidade na patrimonialização dos bens acima mencionados, que forjam uma imagem específica sobre o passado da cidade de Gravataí. O que existe nesse processo é o *trabalho de enquadramento da memória*, conceito criado por Michael Pollack (1992), no qual compreendemos

que através de um processo de seleção, se valora alguns aspectos e coloca outros em esquecimento, criando assim uma visão hegemônica sobre o passado.

Sendo assim, compreendemos que há um discurso oficial, instituído através da escrita histórica, de monumentos, da criação de patrimônios que reforçam um determinado enquadramento da memória. A partir disso, para termos um quadro mais amplo, de um momento passado, expandir essa visão se faz necessário, e aí entra a busca por perspectivas e narrativas dissonantes.

Deste modo, o conceito de *história vista de baixo*⁵, no qual busca-se um contraponto à historiografia oficial, por meio do uso de relatos e narrativas oriundas de grupos marginalizados, parece uma forma interessante para essa análise. Por consequência, adentramos no terceiro ponto a ser discutido nesse texto, no qual o foco são o passado destes grupos, historicamente marginalizados, refletido na cidade de Gravataí atualmente.

4 O PASSADO INDÍGENA E NEGRO EM GRAVATAÍ

Dentro da história de Gravataí foram exaltados sua herança indígena e negra. A primeira como um elemento esquecido, na medida em que não é mencionada nos bens materiais e imateriais patrimonializados. A segunda é um tema que, apesar de ausente, é uma discussão pujante em nossa sociedade.

Michael Pollack (1989), que propõe o termo de enquadramento da memória, comenta que muitas vezes o silêncio não é um produto do esquecimento, mas demonstra um processo de transmissão que foge ao modo tradicional para que consiga permanecer até encontrar uma escuta adequada. Segundo o autor:

⁵ Conceito cunhado pelo historiador Edward Thompson, que designa uma corrente teórica que busca visibilizar a história de uma perspectiva das classes populares. Mais informações em: SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter (org). *A Escrita a história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 39-62. Disponível em: <<http://www.edufrn.ufrn.br/bitstream/123456789/1369/1/A%20Hist%C3%B3ria%20vista%20de%20baixo.%20A%20Escrita%20da%20Hist%C3%B3ria.%20BURKE%2C%20Peter%20%28org.%29%2C%20SHARPE%2C%20Jim.%201992..pdf>>. Acesso em 25 de nov. de 2022.

Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Essas lembranças proibidas [...], indizíveis [...] ou vergonhosas [...] são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante. (POLLAK. 1989. p.08).

Diante deste panorama, poderíamos questionar se a herança indígena ou negra se enquadraria dentro das categorias de lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas. Posto que, esse passado não é enaltecido nos bens tombados.

Compreendemos que esse enquadramento da memória está atrelado a outros dois conceitos: colonialidade e decolonialidade. Percebendo que, Gravataí valoriza, com esse processo de patrimonialização, um passado português, sendo esses, os colonizadores deste País.

Segundo Nelson Maldonato-Torres o conceito de colonialidade:

[...] opera nas dimensões do poder, ser e saber, que "[...]" objetiva manter os condenados em seus lugares, fixos, como se eles estivessem no inferno. Esse é o inferno em relação ao qual o céu e a salvação do civilizado são concebidos e sobre os quais ele está acoplado. (MALDONATO-TORRES, 2018, p.51).

Os condenados, seguindo esse viés, são os povos colonizados que, apesar de descenderem de povos europeus, valorizarem essa cultura e enaltecerem seus costumes e práticas, nunca serão europeus. Estão fixos em um local à margem, sem enaltecer, ou mesmo ter acesso, a outras heranças, buscando sempre um ideal implantado em suas mentes durante séculos de dominação.

Enquanto uma possível alternativa ao processo de colonialidade está a decolonialidade, que busca, através da valorização, percepção de um passado diferente ao que nos é apresentado e da escuta de vozes marginalizadas uma saída desse “inferno”. Dentro dessa perspectiva entrariam também os processos de patrimonialização e patrimonialidade, enquanto elementos que auxiliam na construção e, portanto, enaltecimento, de outras identidades. Segundo Carmem Zeli de Vargas Gil e Carla Beatriz Meinerz:

[...] para estudar, pensar e tratar da decolonização dos espaços de memória é igualmente necessário tratar do cotidiano e dos sujeitos sociais envolvidos nas relações que ali destacamos, urge evidenciar que esses espaços sejam pensados em relação direta com os intelectuais e movimentos sociais indígenas e negros. O protagonismo desses grupos é fundamental para que se desestabilize a colonialidade do poder e do saber. (GIL; MEINERZ, 2017, p.25).

Enquanto medidas de patrimonialização, vinculadas à herança indígena e negra em Gravataí, poderíamos destacar o projeto “Gravataí Missionária”, organizado pela Prefeitura Municipal entre os de 2017 a 2019. Dentre desse processo ocorreu a construção de uma Cruz missionária, o lançamento de um livro em quadrinhos e um documentário, intitulado com o mesmo nome.

Entretanto, as ações relacionadas ao projeto “Gravataí Missionário” reforçam um aspecto mencionado por Vergara (2012), em sua análise sobre o acervo do Museu, o fato da herança indígena ser constantemente associada ao catolicismo, religião trazida pelos colonizadores. segundo o autor:

Além da memória açoriana envolvida nesse embate dentro do museu, tem-se também a cristalização do guarani missionário (cristianizado). Esse congelamento se deu de várias formas, através dos livros e, principalmente, por meio da oralidade

presente no Circuito Cultural. (VERGARA, 2012, p.100).

No documentário “Gravataí Missioneira - Origens”, disponível no canal do *Youtube* da Prefeitura Municipal de Gravataí, há uma narrativa voltada para a história das Missões e das disputas entre a coroa portuguesa e espanhola no período colonial. Culminando na chegada dos indígenas na região e sua consequente expulsão. Trazendo de forma branda o aspecto da mestiçagem forçada e finalizando com uma narrativa que faz a seguinte colocação sobre o município: “Uma cidade que irmania índios, brancos e negros. Todos os homens que carregam juntos a cruz do sofrimento, igual para todos e que nos aproxima e revela nossa humanidade” (PREFEITURA DE GRAVATAÍ, 2019).

Percebemos por esse trecho e pelo relato de Vergara (2012) que, esse enquadramento de memória não é atual, mas uma construção iniciada décadas atrás. Quando pesquisadores começaram a publicar obras sobre a cidade e quando o Museu institui uma narrativa sobre o passado – que vai desde o acervo adquirido, até a eleição de bens para tombamento –, talvez, até mesmo antes disso, é construído um discurso autorizado sobre o patrimônio⁶. Nesse processo, como exemplificado no projeto “Gravataí Missioneira”, há uma seleção que vai de encontro a um pensamento colonial.

Dentro da perspectiva de que a decolonialidade necessita de narrativas dissonantes em relação a visão colonial instituída, a discussão sobre o conceito de patrimonialidade parece entrar em consonância. Tendo em vista que a patrimonialização alimenta-se, no caso aqui estudado, de bens e discursos coloniais.

Em Gravataí identificamos o Clube Social Negro Seis de Maio, criado em 1956; o Quilombo Manoel Barbosa, reconhecido em 2004 pela Fundação

⁶ Smith (2009) descreve como “Authorized Heritage Discourse” (AHD), ou o Discurso Autorizado do Patrimônio, uma construção que exclui narrativas dissonantes a fim de gerar uma imagem “confortável” sobre o passado, assimilando a perspectiva dos grupos dominantes. Mais informações em: SMITH, Laurajane. *Class, heritage and the negotiation of place*. Conference paper presented to the “Missing Out on Heritage: Socio-Economic Status and Heritage Participation”. 2009. 10 p. Disponível em: <https://www.academia.edu/348666/Class_heritage_and_the_negotiation_of_place>. Acesso em: 19 de out. de 2020.

Palmares; o Quilombo do Paredão, que teve suas terras delimitadas pelo INCRA em 2022. Ambos não constam como patrimônio municipal e não fazem parte das narrativas patrimoniais tradicionalmente instituídas.

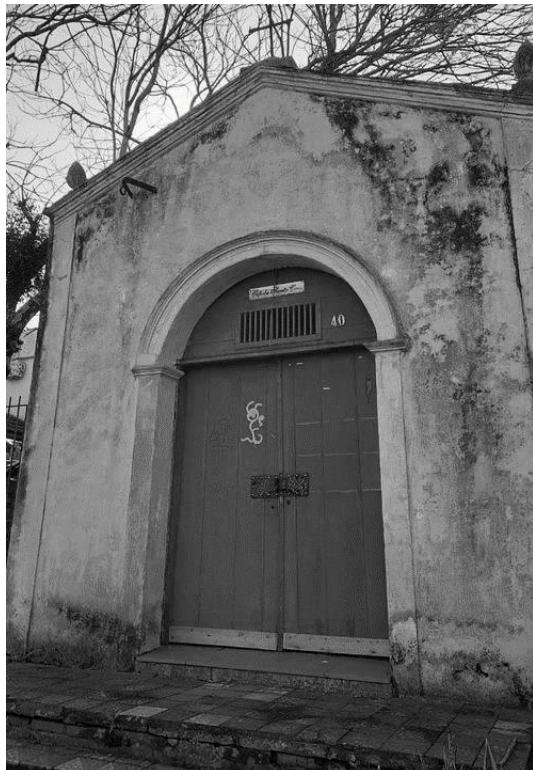
Figura 10 - Clube Social Negro 6 de Maio



Fonte: MEDEIROS, Nestor Ourique. (2021).

Há também a Capela Santa Cruz, cuja data de construção não é precisa. Sabe-se que o local foi reformado em 1909 e que diferentes historiografias afirmam sua relação com os povos indígenas e negros do município, sendo o local utilizado ainda hoje. Por ser um bem material com valor histórico e associado ao passado católico da cidade, já houve tentativas dos profissionais responsáveis por esse setor – vinculado aos funcionários do Museu Municipal Agostinho Martha – de tombar esse imóvel. Todavia, segundo relatos, tais medidas foram negadas pelos responsáveis da Igreja, que não observam um valor patrimonial nessa materialidade.

Figura 11 - Capela Santa Cruz



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim. (2022).

O Santuário afro e reserva ecológica, criados em 2013 em Gravataí, poderiam representar uma perspectiva de patrimonialidade imaterial, que ainda não foi amplamente estudada. Há também o patrimônio arqueológico, cujas pesquisas não são estimuladas.

Além destas narrativas dotadas de patrimonialidade, considerarmos que bens patrimonializados também tem capacidade de contribuir com essa ampliação da noção de herança gravataiense. O Casarão dos Bina e o dos Fonseca, poderiam contribuir, por exemplo, com reflexões acerca da escravidão

e da participação dessa população no desenvolvimento da cidade. Alguns pesquisadores apontam que:

[...] o Casarão dos Bina é a prova de que os escravizados eram guardados, como se fossem ferramentas, no porão, com uma altura menos do que um metro, possuindo a entrada de ar e, ao mesmo tempo, impediam as fugas. [...] tiveram que escavar o porão para poderem utilizá-lo como arquivo, mas deixaram, nas paredes, as marcas de onde ficava o piso original da Senzala, comprovando o quanto desconfortável e insalubre era o local. (MEDEIROS, 2021, p. 25).

Entretanto, outros autores defendem que essas edificações tombadas não tinham senzalas, o que não significa que os donos desses casarões não tinham, dentre suas poses, pessoas escravizadas.

Fato é que a população negra deixou suas marcas na história da cidade e está presente até os dias de hoje, sendo parte dessa comunidade, mesmo que o processo de patrimonialização de Gravataí e o discurso autorizado sobre o patrimônio não enalteçam sua participação.

Amon Costa, que é agente cultural, ex-diretor da Fundação de Arte e Cultura de Gravataí (Fundarc)⁷, professor de história, pesquisador e escritor que vive em Gravataí, em entrevista realizada em 2021, relata que:

[...] para quem pensa uma identidade de Gravataí, é inegável, é também um pouco dos Açores, mas Gravataí é uma cidade muito negra. [...] Só perde

⁷ A Fundação de Arte e Cultura de Gravataí (Fundarc), era um órgão municipal responsável pela coordenação dos espaços e atividades culturais da cidade, que incluíam o Museu Municipal Agostinho Martha, a Biblioteca Municipal Monteiro Lobato, o Quiosque da Cultura, o Cineteatro (que está sem funcionamento e com previsão de que sua antiga sede seja demolida) e o Parque Municipal de Eventos, que foi privatizado. Desde a extinção da Fundarc, em 2017, suas atribuições foram destinadas à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SMCEL).

para Alvorada em número de centros de umbanda, é uma cidade muito umbandista, tem uma federação umbandista em Gravataí. [...] ela é portuguesa, alemã e negra ao mesmo tempo. (COSTA, 2021, inf._verb.)

Entretanto, o que reforçamos aqui é que para ocorrer uma ativação patrimonial, nesse contexto, seria preciso começarmos também a pensar em um processo decolonial do nosso pensamento. A medida em que, enquanto agentes culturais também fazemos parte de um discurso sobre o passado que exclui, esquece e tenta silenciar narrativas que não condigam com a imagem que se quer criar como representação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todas as considerações levantadas acerca da história de Gravataí (presenças), dos processos e bens patrimonializados (ausências) e das patrimonialidades latentes (o passado indígena e negro), mantemos alguns questionamentos frente a esses processos de seleção e, em determinada medida, de esquecimento: por que uma cidade com forte influência indígena e negra não reflete tal herança em seu patrimônio? A colonialidade do pensamento faz com que esse passado seja propositalmente esquecido? O estado atual de deterioração dos bens patrimoniais da cidade pode ser uma consequência desse apagamento? A herança açoriana é um elemento identitário ou uma ferramenta de embranquecimento do passado?

Atualmente diversos bens tombados encontram-se em estado de deterioração, como é o caso da Fonte do Forno, do Cassarão dos Bina e do prédio do Museu Municipal Agostinho Martha⁸.

Destacamos o fato de que, o espaço museológico em questão, é o único local desta tipologia na cidade e o responsável por contar sua história. Pode-se dizer que é um dos poucos espaços culturais que enaltece, em alguma

⁸ Sabe-se que, em 2022, a Prefeitura de Gravataí já havia contratado uma empresa para realizar reformas no Casarão dos Bina. Contudo, o sobrado que abriga o Museu Municipal Agostinho Martha, aguarda nova contratação, pois a empresa originalmente

medida, o passado indígena e negro. Todavia, está fechado desde 2019, tendo sido aberta, em 2022, uma sala expondo parte de seu acervo dentro do prédio que abriga a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SMCEL).

O estado de deterioração dos bens poderia estar relacionado a problemas vinculados a identificação da população com esses locais, tendo em vista que o discurso autorizado do patrimônio ressalta a importância de figuras que detiveram e, em alguma medida detêm, o poder econômico e político da cidade durante muito tempo.

Uma saída plausível seria também enaltecer outras memórias que possam estar vinculadas a esses mesmos bens patrimonializados, decolonializando esses discursos em alguma medida.

Como mencionado acima, a memória açoriana passa a ser pauta na cidade à medida em que há também um incentivo financeiro e uma visibilidade positiva atribuída a esse passado. Podemos supor que, além desse aspecto, há um sentimento de identidade por parte da população. Entretanto, aqui retornamos a questão da colonialidade do pensamento: ser, mesmo que de forma distante “europeu” parece um elemento atrativo para pessoas latino-americanas, que, muitas vezes, descendem também de diversas outras etnias, como negros e indígenas. Talvez, se houvesse incentivo financeiro para se pesquisar e contar o passado e a identidade negra e indígena, ou mesmo um processo de valorização ao trabalho de agentes culturais e pesquisadores que investem nessa faceta histórica, os bens patrimonializados em Gravataí poderiam ter um perfil muito diferente do que se tem atualmente.

Entretanto, assim como a colonialidade é um reflexo de séculos de dominação e imposição cultural, o processo para refletirmos como decolonizar nosso passado pode levar muito tempo para se concretizar. Mas, isso não significa que essas heranças sejam totalmente perdidas, como mencionado anteriormente, essas vozes podem estar aguardando uma escuta adequada, cabe a nós, pesquisadores, artistas, agentes culturais, sociedade civil, como um todo, estarmos dispostos a ouvir.

responsável pediu rescisão em 2022. Sendo assim, ambas edificações seguem ainda sem previsão para a finalização das obras e retorno ao uso desses espaços.

REFERÊNCIAS

COSTA, Amon. Entrevista com Amon Costa - Projeto "Gravataí: entre anjos e gravatás". Entrevista concedida a Helena Thomassim Medeiros e Nestor Ourique Medeiros. Canal do Youtube: Projetos Culturais Irmãs TM. Youtube, 11 de ago. de 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/g9FKOQmeBN8>>. Acesso em: 07 de nov. de 2022.

COSTA, Luciano Souza. *Anastácia, Manuel Barbosa e Ferreira Fialho, famílias e territórios negros: tradição e dinâmica territorial em Gravataí e Viamão, RS*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal. Porto Alegre, 2007, 138 p.

CRUZ, Jairton Ortiz. *A festa do Divino Espírito Santo em Gravataí/RS ao longo dos séculos XX-XXI*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014, 142 p.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; MEINERZ, Carla Beatriz. Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais: possibilidades para a decolonização dos saberes. In: *Horizontes*, v.35, n.1, 2017, p. 19-34.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (Orgs). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 31 – 61.

MARTHA, Agostinho; MARTHA, Marco Antônio Bandeira. *Nossa terra, nossa gente: a história de Gravataí 1730-1950*. COSTA, Amon; SANTOS, Ângela Maria Fonseca Barbosa dos; MELO, Leandro Nazari; JÚNIOR, Júlio Barbosa dos Santos; MARTHA, Pedro Bandeira (Org). Plana Comunicação: Gravataí, RS, 2022, 335p.

MEDEIROS, Marlí Aparecida Thomassim; MEDEIROS, Nestor Ourique; MEDEIROS, Helena Thomassim. *Gravataí: entre anjos e gravatás*. 1ed. Gravataí – RS: Projetos Culturais Irmãs TM, 2021, 83p.

MEDEIROS, Nestor Ourique. *Gravataí: Histórias*. 1 ed.,Gravataí-RS, 2021, 110p.

PREFEITURA DE GRAVATAÍ. *Gravataí Missionária – Origens*. Youtube, 24 de abril de 2019. Disponível em: <<https://youtu.be/QzFLLaiE1TI>>. Acesso em: 09 de nov. de 2022.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.200-212.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, silêncio. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 01 de jun. de 2017.

POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, 239p.

ROSA, Jorge. *História de Gravataí. Prefeitura Municipal*. Secretaria Municipal do Trabalho e Bem-estar Social: Departamento de Pesquisa, Folclore e Informação. Gravataí: EDIGAL – Editora e Distribuidora Gaúcha Ltda.1 ed.1987, 209p.

VERGARA, Antonio Gabriel. *Invisibilidade/visibilidade: O guarani pré-colonial em Gravataí*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal. Pelotas, 2012, 120p.